



Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a destinação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso e prever a obrigatoriedade de divulgação, em meio eletrônico de acesso público, de relatório de destinação dos recursos do Fundo relativos ao exercício anterior e de informações prévias sobre as transferências a realizar ao exterior; e altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para estabelecer a divulgação semestral de estatísticas sobre violência contra pessoas idosas e punir a omissão no atendimento de denúncia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 1º-A e 1º-B:

“Art. 1º-A. Os recursos do Fundo Nacional do Idoso serão destinados para a manutenção, o financiamento ou o custeio de despesas relacionadas, entre outras:

I – a campanhas de utilidade pública destinadas à defesa, à promoção e à proteção dos direitos da pessoa idosa;

II – à estruturação dos centros de cuidados diurnos e das entidades de atendimento à pessoa idosa;

III – à melhoria da acessibilidade das pessoas idosas nos ambientes institucionais;

IV – a pesquisas, estatísticas e estudos na área do envelhecimento;

V – a programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos que tenham como foco as especificidades do atendimento à população idosa;

VI – a programas destinados à defesa, à promoção e à proteção dos direitos da pessoa idosa;



VII – a programas que promovam o acesso das pessoas idosas às atividades de esporte, cultura, turismo e lazer;

VIII – à realização de conferências nacionais, estaduais, distritais e municipais dos direitos da pessoa idosa;

IX – ao aprimoramento dos serviços de recebimento de denúncias de violação de direitos da pessoa idosa, inclusive por meio da implantação de linhas exclusivas nos canais existentes e da disponibilização de recursos de acessibilidade;

X – a campanhas de divulgação dos canais de comunicação destinados ao recebimento de denúncias de violação de direitos da pessoa idosa;

XI – a programas que ofereçam a pessoas idosas vítimas de violência acompanhamento nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Parágrafo único. É vedado o pagamento de servidores ou empregados públicos federais, estaduais, distritais ou municipais com recursos provenientes do Fundo Nacional do Idoso.”

“Art. 1º-B. Será divulgado em meio eletrônico de acesso público, até o final do mês de abril, relatório de destinação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso relativo ao exercício financeiro anterior contendo, no mínimo:

I – os programas e ações desenvolvidos pelas entidades receptoras dos recursos do Fundo, públicas ou privadas;

II – os valores gastos;

III – as justificativas das escolhas das entidades receptoras dos recursos do Fundo e suas correspondentes prestações de contas;

IV – o grau de atingimento dos objetivos pretendidos com a execução de despesas custeadas com os recursos do Fundo.

Parágrafo único. Caso haja transferência de recursos do Fundo ao exterior, a entidade transferidora dos recursos:

I – divulgará em meio eletrônico de acesso público o beneficiário, a finalidade e o valor do repasse de recursos previamente ao ato de transferência;

II – será responsável pela elaboração das respectivas prestações de contas referidas no inciso III do **caput**.”

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 19-A e 57-A:

“Art. 19-A. As estatísticas das notificações referidas no art. 19, assim como aquelas oriundas dos serviços de recebimento de denúncias sobre violência contra a pessoa idosa, serão divulgadas semestralmente.”

“Art. 57-A. Deixar o serviço de atendimento de receber ou de encaminhar denúncia de violência contra a pessoa idosa.



Pena – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2020.

Assinatura manuscrita em azul do Senador Davi Alcolumbre, consistindo em um círculo elaborado com uma linha que se estende para cima e para a direita.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal